

# Reforma do Estado Brasileiro: a produção científica nacional em Administração entre 1997 e 2008

*Brazilian State Reform: the national scientific production in Administration between 1997 and 2008*

Diogo Henrique Helal<sup>1</sup>

Valéria Aparecida Antunes Freitas Vargens<sup>2</sup>

## Resumo

A Reforma do Estado é objeto de estudo da Academia, em diversas áreas, e em particular nas Ciências Sociais Aplicadas. Especificamente, este artigo busca analisar como a área da Administração tem se dedicado a estudar a Reforma do Estado no Brasil. Para tanto, tomando como base os trabalhos publicados eletronicamente nos eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), no período de 1997 a 2008, este estudo realizou uma análise bibliométrica, com o propósito de analisar o estudo sobre a reforma do estado no país. Utilizando como palavra-chave da pesquisa o termo “Reforma do Estado”, foram identificados 113 (cento e treze) artigos. Após triagem, na qual se buscou analisar os artigos que estudaram a Reforma do Estado no contexto central do tema, restaram 87 (oitenta e sete) artigos. Os principais resultados foram os seguintes: os anos de 1997, 1998 e 1999 foram os que mais tiveram estudos sobre a Reforma do Estado e o evento onde ocorreu a publicação destes trabalhos com maior frequência foi o EnANPAD; os estudos teóricos/empíricos predominaram nos artigos analisados; os estudos de caso qualitativos predominaram; a maior parte dos artigos analisados foi escrito por 1 (um) e 2 (dois) autores; o estado da Bahia apresentou, isoladamente, maior produção de artigos; os temas mais abordados foram nova gestão pública, gestão de pessoas e

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Humanas, com concentração em Sociologia, pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto do Departamento de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de João Pessoa (UFPB). Endereço: Estrada do Arraial, 3491 apto. 803 – Recife/PE – Cep.: 52051-380. Email: diogohh@yahoo.com.br. (83) 3216-7492.

<sup>2</sup> Mestre em Administração pela Faculdade Novos Horizontes (MG). Servidora do Tribunal Regional Eleitoral, em Belo Horizonte. Email: vvargens@hotmail.com

organização social, e agência reguladora. A dimensão institucional legal apresentou menor predominância nos estudos, apesar de servir como referência para várias pesquisas sobre a reforma administrativa. Ressalte-se que o fato de Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais serem os estados que se destacam na produção científica sobre o tema, reflete – geograficamente – a existência de programas de pós-graduação em Administração Pública (AP) (ou em Administração com linha de pesquisa em Adm. Pública). UFBA, EBAPE e EAESP são – historicamente – pólos irradiadores do ensino e pesquisa em administração pública no Brasil). Em Minas Gerais, a presença da Fundação João Pinheiro (uma escola de governo) e de linha de pesquisa em Administração Pública na UFMG explicam tal número. Igualmente, a UNB tem uma linha de pesquisa em Administração Pública em seu mestrado em Administração. A pesquisa mostra que existem algumas áreas temáticas sobre o assunto que necessitam de maior investimento e cooperação entre as instituições e especialidades para serem melhor exploradas.

**Palavras-chave:** Reforma do Estado; Brasil. Produção Científica em Administração. Estudo Bibliométrico.

## **Abstract**

*The State Reform is a object of study in Academy, in diverse areas. Specifically, this article aims to analyze how the area of the Management has dedicated to study the State Reform in Brazil. For in such a way, taking as base the papers published electronically in the events of the National Association of Post-Graduation and Research in Management (ANPAD), in the period of 1997 the 2008, this study carried through a bibliometric analysis, with the intention to analyze the study on the reform of the state in the Brazil. Using as word key of the research the term "the Reformation of the State", had been identified 113 (one hundred and thirteen) articles. After selection, in which if it searched to analyze the articles that had studied the Reformation of the State in the central context of the subject, had remained 87 (eighty and seven) articles. The main results had been the following ones: the years of 1997, 1998 and 1999 had been the ones that had more had studies on the Reformation of the State and the event where it occurred the publication of these works more frequently was the EnANPAD; the theoretical-empirical studies had predominated in analyzed articles; the qualitative case studies had predominated; most of analyzed articles was written by 1 (one) and 2 (two) authors; the state of Bahia presented separately bigger article production; the subjects most boarded had been new public administration, Human Research and social organization and regulating agency. The legal institucional dimension presented minor predominance in the studies, although to serve as reference for some research on the administrative reform. It is standed out that the fact of Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo and Minas*

*Gerais to be the states that if detach in the scientific production on the subject, reflects - geographically - the existences of programs of Pos-graduation in Public Administration (AP) (or in Administration with research line in Public Administration). UFBA, EBAPE and EAESP are - historically – centers of education and research in public administration in Brazil). In Minas Gerais, the presence of the Fundação João Pinheiro (a government school) and of line of research in Public Administration in the UFMG explains such number. Equally, the UNB has a line of research in Public Administration in its Masters in Administration. The research sample that exists some thematic areas on the subject that bigger investment and cooperation between the institutions and specialties need to be better explored.*

**Keywords:** State Reform. Brazil. Scientific Production in Administration. Bibliometric Study.

## Introdução

A busca por modelos de administração do Estado brasileiro é atividade recorrente, desde a proclamação da república, em 1889. Nessa busca, o país passou por 3 reformas de Estado. A primeira ocorreu em 1936 e foi conhecida como a reforma burocrática. A segunda, em 1967, um ensaio de descentralização e de desburocratização. E a terceira, em 1995, apresentou e buscou implementar uma administração pública gerencial, como resposta à crise dos anos 1980 e à globalização da economia.

Diante da crise fiscal, enfrentada por diversos países no final da década de 1980, o governo brasileiro se viu obrigado a tomar alguma atitude para modernizar a administração e acompanhar o desenvolvimento socioeconômico das empresas privadas e públicas do resto do mundo. O Estado vinha sofrendo as consequências da crise econômica, desde a década de 1970. Contudo, segundo Cardoso (1995), somente na segunda metade dos anos 1980, ela se torna evidente no Brasil.

Em busca de uma nova gestão pública, em 1995, o governo de Fernando Henrique Cardoso, tendo como ministro da administração Luiz Carlos Bresser Pereira, aprovou o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado – PDRE. Com este, o governo lançou algumas orientações,

objetivando melhorar o desempenho das instituições públicas em bases modernas e racionais (PDRE, 1995).

De acordo com o PDRE (1995) e Bresser Pereira (1999), o país precisava dar um salto adiante, em busca de uma administração pública que chamaria de gerencial, baseada em conceitos e paradigmas atuais, voltada para o controle dos resultados, a descentralização e o reconhecimento do cidadão como cliente dos serviços públicos. Seguro do seu objetivo, o então ministro da administração foi persistente e obstinado em apresentar e discutir o plano com os governos estaduais, prefeitos, deputados federais, senadores e a sociedade, antes de enviar a proposta formalmente ao Congresso Nacional. Tamanho empenho se justificou pelo fato de o ministro não querer incorrer no mesmo erro da reforma proposta nos anos 1980: o não envolvimento da sociedade no processo. Bresser Pereira (1999) e Abrucio (2005) concordam que um dos pontos-chave para a implementação de uma reforma é o convencimento e apoio da sociedade, dos políticos e dos funcionários públicos. Afinal, os funcionários públicos e a sociedade são os primeiros a serem atingidos pela reforma.

Reformas bem elaboradas devem conter promessas de benefícios potenciais para todos os servidores públicos do sistema: a criação de um papel para a esperança pode reduzir a resistência à mudança e revitalizar os recursos humanos do serviço público (CAMPO, 1996:13 *apud* ABRUCIO, 2005:193/194).

Cardoso (2005) destaca a participação e envolvimento do funcionalismo público e da alta administração na reforma. Ressalta ainda a necessidade de se renovar os valores do serviço público, buscando eficiência e eficácia nas atividades do governo, abandonar o paternalismo e investir na gestão, em um planejamento a longo e médio prazo, visando reduzir custos e obter maior interação com a sociedade.

De acordo com Bresser Pereira (1996), a reforma do Estado Brasileiro, de 1995, foi concebida em três dimensões: (1) uma dimensão institucional-legal, através da qual se modificam as leis e se criam

ou modificam instituições. Nessa dimensão foi preciso modificar a Constituição, as leis e regulamentos para se implantar as mudanças advindas com a reforma. (2) Uma dimensão cultural, baseada na mudança dos valores burocráticos para os gerenciais. A dimensão cultural da reforma significa sepultar de vez o patrimonialismo e transitar da cultura burocrática para a gerencial. (3) E a dimensão gestão, que para o autor é a mais difícil, uma vez que visa colocar em prática as novas ideias gerenciais, e oferecer à sociedade um serviço público efetivamente mais barato, melhor controlado, e com melhor qualidade. Neste contexto, foram criadas as agências autônomas, ao nível das atividades exclusivas de Estado, e as organizações sociais no setor público não estatal.

A Reforma do Estado tem sido implementada, desde a década de 1990, em diferentes níveis e esferas, englobando várias temáticas. Tal esforço é objeto de estudo da Academia, em diversas áreas. Especificamente, este artigo busca analisar como a Área da Administração tem se dedicado a estudar a Reforma do Estado no Brasil. Para tanto, tomando como base os trabalhos publicados eletronicamente nos eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), no período de 1997 a 2008, este estudo realizou uma análise bibliométrica, com o propósito de analisar o estudo sobre a reforma do estado no país, em suas três dimensões. Ressalte-se que a escolha apenas dos congressos se deu em função do período de análise, visto que entre 1997 e 2008 artigos publicados em congressos eram pontuados no qualis da área, bem como – e sobretudo – por serem o primeiro canal de publicação/comunicação científica (e que antecedem os periódicos), sendo, naturalmente, mais representativos do ponto de vista quantitativo da produção acadêmica da área.

## **2 Administração Pública e Reforma do Estado no Brasil**

Ao analisar a administração pública no Brasil, percebe-se que esta é caracterizada por diversos elementos e dimensões herdadas das crenças e práticas provenientes da formação social e histórica do

país. Estes manifestam traços peculiares que prevalecem no modelo de gestão pública. Sobre esse assunto, Nunes (1997) considera que a administração pública é marcada pelo hibridismo nas relações entre Estado e sociedade, ou seja, a convivência de diversos tipos de gramática, como o personalismo, impersonalismo e as combinações destes: clientelismo, universalismo de procedimentos, corporativismo e práticas burocráticas.

Apesar da percepção clara da existência destes três modelos em nosso país, não se pode imaginar que cada um tenha surgido na supressão ou ausência do anterior, uma vez que estes têm convivido, harmoniosa e paradoxalmente.

Tal convivência entre os modelos e a permanência de traços patrimoniais na gestão pública podem ser entendidos a partir do conceito de formalismo. Apresentado por Riggs (1964), o termo refere-se à discrepância entre a conduta concreta e a norma prescrita que se supõe regulá-la, ou seja, a divergência entre o decretado e o descrito, entre o poder formal e o poder efetivo, entre a impressão que nos é dada pela constituição, através das leis e dos regulamentos, e os fatos e práticas reais do governo e da sociedade.

Essas práticas formalísticas são reforçadas na importação e adoção de modelos estrangeiros<sup>1</sup>, quase sempre sem a preocupação de adaptá-los às realidades e particularidades locais (BERGUE, 2008). Para Machado-da-Silva *et al* (2003), o Brasil, em seus primórdios, não tinha povo. Os construtores não tinham em quem se inspirar, a fim de criar as nossas instituições formais; recorreram, assim, a soluções formalísticas e exemplos estrangeiros, na maioria das vezes, estranhos à realidade nacional e muito diferentes dos costumes da população.

Ramos (1966), com base em Riggs (1968), afirma que o formalismo é uma das principais características funcionais das sociedades prismáticas – como é o caso do Brasil – em que se verifica um alto grau de heterogeneidade decorrente da coexistência do antigo com o moderno, do obsoleto com o avançado. Todavia, o autor adverte que esse fenômeno tem incidência em todas as comunidades.

De acordo com o mesmo, o formalismo está associado à frequente adoção, pelas sociedades prismáticas, de modelos e conceitos às sociedades mais avançadas. Tal fato, segundo Motta e Alcadipani (1999), ocorre devido à dependência que essas têm das difratadas e serem, dessa forma, impelidas a adotar suas estruturas sociais, políticas e econômicas.

Ramos (1966) identifica o fenômeno do formalismo como elemento inerente à sociedade brasileira. Ainda a respeito da manutenção de elementos tradicionais no país, Nunes (1997) afirma que o clientelismo (uma das representações do patrimonialismo) manteve-se forte nos períodos democráticos, não esmoreceu no período de autoritarismo, não se abalou com a industrialização e nem com a abertura política.

Didaticamente, contudo, os três tipos de administração pública são apresentados um a um, com o propósito de se destacar suas características principais.

## **2.1 Tipos de administração pública – o patrimonialismo e a burocracia**

Para Faoro (2001), o Estado e a administração pública no país têm origens no patrimonialismo como marcas perceptíveis de uma ética, em que a apropriação da esfera pública se expressa, especialmente, nas práticas administrativas e estamentais. Já o patrimonialismo no Brasil surgiu no período colonial, quando o país era apenas um patrimônio da coroa portuguesa.

Segundo Faoro (2001), as tradições portuguesas foram reproduzidas no Brasil por intermédio de Dom Pedro I desde o tempo do Império, quando ocorreu a reformulação do Estado brasileiro, através da Carta de 1824. Um dos problemas daquela época era a preocupação dos representantes da nação em demonstrar seus próprios interesses, em detrimento das bases eleitorais. O próprio autor ressalta que estas práticas vigoraram por muitos anos, criando raízes no Brasil, mesmo depois de ter deixado de ser colônia. Para Holanda (1963):

O modelo de governantes que se moldou a partir de tais costumes ficou caracterizado pela cordialidade, que trata de situações que deveriam ser de interesse geral e caráter impessoal, da mesma maneira como trataria de seus problemas pessoais, mas sempre mantendo as relações de poder intactas, na qual os mesmos grupos sempre se encontram acima dos demais (HOLANDA, 1963, p.147).

São características do patrimonialismo, segundo Weber (2004), além da administração propriamente dita, a representação e o serviço pessoal por todos os funcionários e, em oposição à burocracia, a inexistência de especialização profissional; seleção dos empregados a partir do círculo pessoal do senhor e, a falta de distinção burocrática entre a esfera privada e oficial.

Em Weber, o patrimonialismo é caracterizado como forma de dominação tradicional, em que o soberano organiza o poder político análogo ao poder exercido em sua casa.

A expressão mais extremada do patrimonialismo é, para Weber, a patriarcal, que é caracterizada como pré-burocrática. Nela a autoridade se baseia na submissão ao *pater-familias* em virtude de uma devoção rigorosamente pessoal. A expressão original do patriarcalismo é a autoridade paterna no seio da comunidade doméstica. O patrimonialismo é uma extensão dessa autoridade tradicional para além das fronteiras do lar, conservando os traços domésticos de uma administração não racional (VÉLEZ RODRÍGUEZ, 2006, p. 13).

Bresser Pereira (2001) ressalta que a corrupção, o uso de recursos públicos e o nepotismo eram considerados normas na administração patrimonialista. Bresser Pereira e Spink (2005) destacam, contudo, que com o advento do capitalismo e da democracia, houve a necessidade da adoção de um novo paradigma, capaz de combatê-los e de proteger o patrimônio público contra a privatização do Estado.

Este cenário impôs à administração pública a necessidade de desenvolver um sistema gerencial que procurasse distinguir o político



do administrador público e também o privado do público (BRESSER PEREIRA e SPINK, 2005).

Nesse momento, surge a administração burocrática, embasada pelo modelo de Max Weber, com o propósito de determinar um método de organização racional e eficiente, em substituição à força do poder exercido por regimes autoritários.

A grande expectativa em torno da Administração Pública Burocrática refere-se à necessidade de conseguir controlar o conteúdo da ação governamental, impedindo que os políticos agissem contra os interesses coletivos da comunidade.

Schwartzman (1998), todavia, afirma que a continuidade do modelo de administração pública patrimonial é uma das marcas do nosso Estado, pois a sociedade ainda depara-se na dificuldade de enxergar uma separação entre o público e o privado, o que faz com que a troca de favores ainda seja relevante no processo político.

A Administração Pública Burocrática ganha força no Brasil na década de 1930, por meio da criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Tal departamento tinha o propósito de ser um agente modernizador dos processos administrativos, de acordo com o paradigma burocrático, promovendo a racionalidade e a eficiência do Estado. Além disso, objetivava implantar critérios profissionais para o ingresso, a promoção e o desenvolvimento da carreira no serviço público, através da formação de uma política de administração de pessoal baseada no mérito, supervisionar a administração pública e fixar o orçamento nacional vinculado ao planejamento.

A administração burocrática moderna, racional-legal, era baseada: na centralização das decisões; na hierarquia traduzida no princípio da unidade de comando; na estrutura piramidal do poder; nas rotinas rígidas; no controle das etapas dos processos administrativos e em uma burocracia estatal formada por administradores profissionais, especialmente recrutados e treinados, que respondiam de forma neutra aos políticos (BRESSER PEREIRA, 1996).

No conceito de burocracia de Max Weber (1978), a eficiência está no detalhamento antecipado de como as coisas devem ser realizadas.

A decadência da Administração Pública Burocrática começou ainda no regime militar. Embora tenha valorizado importantes mecanismos, como a instituição do concurso público e treinamentos sistemáticos, a administração burocrática não adotou uma política de recursos humanos que suprisse a necessidade do Estado. Preferiu, em alguns casos, contratar administradores por meio de empresas estatais, a consolidar uma burocracia profissional no país (BRESSER PEREIRA, 1997).

Ferreira (1999), entretanto, acredita que a burocracia não pode ser considerada criadora de falhas na administração pública. Ao contrário, esse modelo contribuiu na fase de estruturação dos governos, quando buscou racionalizar as ações governamentais. Para Marini (2003), a adoção dos princípios do paradigma burocrático pela administração pública foi fundamental para frear a lógica patrimonialista.

Bresser Pereira (1996) ressalta os limites do modelo burocrático na administração pública. Para o autor, esse modelo demonstrou-se ineficiente quando o Estado assumiu um número crescente de serviços sociais e econômicos. Assim, em resposta a estas limitações, à expansão das funções econômicas e sociais, ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia, emerge na metade do século XX, a administração pública gerencial (BRESSER PEREIRA e SPINK, 2005).

## **2.2 Administração pública gerencial: implementando a reforma do Estado**

A Administração Pública Burocrática veio (tentar) instaurar um método de organização racional e eficiente em substituição à força do poder exercido por regimes autoritários. Todavia, a tentativa de moderar o conteúdo da ação governamental, evitando que os políticos agissem contra os interesses coletivos da comunidade, regulando os procedimentos e controlando os insumos, fez com que o controle se transformasse na própria razão de ser do funcionário, ignorando, desta forma, os resultados.

Quando o Estado amplia suas funções, a eficiência torna-se essencial, demandando mais efetividade e agilidade na prestação do serviço público, porém este modelo burocrático demonstra-se lento, oneroso e ineficiente. Tal fato está relacionado à importância, dadas as ferramentas de controle, que passaram a ter supremacia sobre os resultados da instituição, em relação ao atendimento da sociedade (TAVAREZ, 2002).

Abrúcio (1998) observa que, desde o final da década de 1970, a reforma do Estado tornou-se um tema central em quase todo o mundo, fazendo com que a introdução do modelo gerencial no setor público começasse a ganhar força.

Partindo da constatação de que relevantes mudanças vêm ocorrendo na administração pública desde os anos 1980, Ferlie *et al* (1997) acreditam que se pode falar de uma nova gestão, todavia, não possui uma visão clara sobre o que é ou o que deveria ser.

Bresser Pereira (1996) e Cardoso (2005) ressaltam que a crise da administração pública burocrática começou ainda no regime militar. Mas o modelo não foi capaz de extirpar o patrimonialismo e consolidar uma burocracia profissional e uma administração impessoal no país. Na década de 1970 a crítica à burocracia se acentuou à medida que a crise econômica se tornou mais aguda. O palco dessas críticas foram os Estados Unidos, devido aos problemas fiscais e à má gestão que estavam passando, simbolizados pela bancarrota da prefeitura de Nova York (BRESSER PEREIRA, 2005).

Contudo, enquanto o resto do mundo estava estudando novos paradigmas administrativos para enfrentar os problemas advindos com a crise econômica mundial, no Brasil, com a transição para democracia, em 1985, renascia o burocratismo, como enfatizam Eli Diniz (1998) e Bresser Pereira (1999).

No Brasil, identifica-se como principal marco de Reforma Gerencial, aquela empreendida pelo Ministro da Administração e Reforma do Estado (MARE), o professor Luis Carlos Bresser Pereira, durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. (BRESSER PEREIRA, 1997).

O modelo implantado no país foi fundamentado em experiência internacional, uma vez que outros países já haviam adotado. Como a Grã-Bretanha, em 1979 (governo Thatcher), e os Estados Unidos, em 1980 (governo Reagan), onde o enfoque gerencial da administração pública manifestou-se primeiro. Em ambos os países, principalmente na Grã-Bretanha, o serviço público tradicional passou por profunda transformação, perdeu os traços burocráticos e adquiriu características gerenciais.

Abrucio (2005) descreve o movimento de reforma da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, apontando os objetivos e o ponto central de cada modelo. Ressalta, no entanto, que a divisão entre os modelos é apenas para facilitar a comparação entre eles. O primeiro modelo adotado é o gerencialismo puro, que tem como objetivo reduzir os custos do setor público e aumentar sua produtividade. O ponto central desse modelo foi a busca da eficiência e economia. O segundo modelo é o *consumerism*, que tem como objetivo a flexibilidade da gestão e a melhoria da qualidade dos serviços.

E o terceiro modelo é o *Public Service Orientation* (PSO), segundo Abrucio (2005), esse modelo procura encontrar os novos caminhos abertos pela discussão gerencial, explorando suas potencialidades e preenchendo suas lacunas. Defende as virtudes políticas da descentralização. Diferencia das outras correntes, por usar o termo cidadão (como coletivo), no lugar de cliente (individual) e tem como ideias-chave a conjugação de *accountability* e o binômio justiça/equidade.

Bresser Pereira (1999) afirma que começou a formular a reforma gerencial de 1995 assim que foi convidado pelo presidente Fernando Henrique a assumir o novo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE. Declara, ainda, que já tinha algumas ideias sobre o assunto, já que foi presidente da comissão que reformulou a pós-graduação em administração da Fundação Getúlio Vargas, conhecia a administração burocrática e a teoria e prática da administração de empresas. A administração que ele chamaria de gerencial medrou com a leitura do livro de Osborne e Gaebler, Reinventando o Governo. Para

complementar a sua experiência e conhecer mais sobre o modelo Bresser Pereira viaja para o exterior:

...Mas precisava conhecer muito mais a respeito das novas ideias. E foi o que fiz, viajando para a Inglaterra logo no início do governo e começando a tomar conhecimento da bibliografia que recentemente havia se desenvolvido, principalmente naquele país, a respeito do assunto. (BRESSER PEREIRA, 1999, p.58).

Após conhecer melhor o modelo implantado nos países da OCDE<sup>2</sup>, principalmente o Reino Unido, Bresser Pereira (1999) elabora o Plano Diretor de Reforma do Estado – PEDRE e a emenda constitucional da reforma administrativa, visando reconstruir a administração pública em bases modernas e racionais, como bem coloca:

As novas ideias estavam em plena formação, as novas práticas administrativas, em processo de implantação. O Brasil tinha a oportunidade de participar desse grande movimento de reforma, e constituir-se no primeiro país em desenvolvimento a fazê-lo (BRESSER PEREIRA, 1999, p.59).

Bresser Pereira (1999) identifica três objetivos para esta Reforma: aumentar a eficiência e a efetividade dos órgãos do Estado, melhorar a qualidade das decisões estratégicas do governo e assegurar o caráter democrático da administração pública. Para o autor, as características da nova gestão seriam: descentralização e desconcentração das políticas e atividades públicas; separação dos órgãos formuladores e executores; controle gerencial das agências autônomas; distinção de dois tipos de unidades descentralizadas, as agências que realizam atividades exclusivas de Estado e serviços sociais em que este poder não está envolvido; transferência para o setor público não estatal dos serviços sociais; terceirização das atividades auxiliares e o fortalecimento da burocracia estatal, organizada em carreiras de Estado.

Para alcançar a melhoria da qualidade das decisões, Bresser Pereira (1999) propõe uma maior autonomia e capacitação dos

administradores e dos políticos eleitos. Finalmente, o caráter democrático da administração pública seria assegurado, segundo o autor, através de um serviço orientado para o cidadão-usuário, ou o cidadão-cliente, e baseado na responsabilização do servidor público perante os seus superiores, os políticos eleitos e os demais representantes, formais e informais, da sociedade.

Em síntese, Pimenta (1999, p.181) relaciona oito princípios da Reforma Gerencial: desburocratização, descentralização, transparência, *accountability*, ética, profissionalismo, competitividade e enfoque no cidadão.

Algumas características definem a administração pública gerencial, pressupondo-se que (BRESSER PEREIRA, 2001): os funcionários públicos são merecedores de confiança; há o incentivo à criatividade e à inovação; o contrato de gestão é o instrumento mediante o qual se faz o controle dos órgãos descentralizados; está organizada em poucos níveis hierárquicos, ao invés de estruturas piramidais; são organizações flexíveis, ao invés de unitárias e monolíticas; o controle é feito por resultados *a posteriori*, ao invés do controle rígido e sistemático dos processos administrativos; há descentralização financeira e administrativa, do ponto de vista político e por meio da delegação de autoridades para os administradores públicos, respectivamente e a administração é voltada para o atendimento do cidadão.

Bresser Pereira (1999) destaca algumas estratégias que foram pontos-chave para a implantação da reforma gerencial de 1995:

- a descentralização dos serviços sociais para estados e municípios;
- a delimitação mais precisa da área de atuação do Estado, estabelecendo distinção entre as atividades exclusivas do Estado, as atividades sociais e científicas e a produção de bens e serviços para o mercado;
- a distinção entre as atividades do núcleo estratégico, que devem ser efetuadas por políticos e altos funcionários, e as de serviços, que podem ser terceirizadas;

- a separação entre a formulação de políticas e sua execução;
- maior autonomia para as atividades executivas exclusivas do Estado que adotarão a forma de agências executivas;
- maior autonomia, ainda, para serviços sociais e científicos que o Estado presta – hospitais, universidades, escolas, museus etc;
- assegurar a responsabilização (*accountability*) por meio da administração por objetivos e aumento da transparência do serviço público, diminuindo a função do controle interno.

Mediante esses pontos e também da privatização das empresas estatais que produzem bens e serviços para o mercado, o plano ambicionava fortalecer o núcleo estratégico do Estado e revigorar a administração pública. Apesar de o modelo almejar uma gestão pública mais eficiente, os atores estavam cientes da necessidade do instrumento burocrático como regulamentador para que as mudanças fossem efetuadas. Inclusive uma das dimensões de execução da reforma, conforme Bresser Pereira (1996), foi a dimensão institucional-legal, através da qual se modificou as leis, a Constituição, os regulamentos e criou ou modificou instituições para se implantar as mudanças advindas com a reforma.

Kettl (2005) recomenda aos administradores públicos ter senso público, ser sensível ao interesse público. Não se pode simplesmente impor uma reforma. É preciso de tempo, planejamento, investimento em recursos humanos e tecnologia, e de atenção constante para iniciá-la:

Uma reforma genuína deve procurar sempre o equilíbrio entre os novos mecanismos geradores de eficiência, sem jamais perder de vista as eternas questões relativas à res-pública. (KETTTL, 2005, p.105).

Para que uma reforma “pegue” é preciso trabalhar muito e por muito tempo; o reconhecimento de que não basta lançar a reforma para que ela navegue sozinha; e de que o sucesso não almejado depende da capacidade – de pessoas, tecnologias e processos – para lhe dar sustentação (KETTTL, 2005, p.105- 106).

Por ter abrangido as três dimensões: institucional, cultural e gerencial; o modelo despertou em toda a sociedade um grande interesse e resistência. E tem sido objeto de estudo de pesquisadores de várias áreas e segmentos, como será demonstrado na análise de dados.

### 3 Metodologia

A metodologia utilizada no estudo foi pesquisa bibliométrica, quantitativa, de caráter descritivo. De acordo com Richardson (1999):

O estudo descritivo representa um nível de análise que permite identificar as características dos fenômenos, possibilitando, também, a ordenação e a classificação destes; por outro lado, com base em estudos descritivos surgem outros que procuram explicar os fenômenos segundo uma nova óptica, ou seja, analisar o papel das variáveis que, de certo modo, influenciam ou causam o aparecimento dos fenômenos (RICHARDSON 1999: 71).

Triviños (1987) acrescenta ainda que “o estudo descritivo pretende descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade”. O objetivo do trabalho é descrever como vem sendo estudado o tema Reforma do Estado no Brasil, na ANPAD.

A bibliometria é um instrumento quantitativo, que permite minimizar a subjetividade inerente à indexação e recuperação das informações, produzindo conhecimento em determinado assunto (GUEDES e BORSCHIVER, 2005).

De acordo com autores da área (VANTI, 2002; GUEDES e BORSCHIVER, 2005), o termo Bibliometria foi utilizado pela primeira vez em 1922 por E. Wyndham Hulme, ficando ignorado por vinte e dois anos até ser novamente utilizado por Gosnell, em 1944, em artigo sobre obsolescência da literatura. Tendo se tornado mais conhecido na literatura a partir 1969, quando é empregado por Allan Pritchard para explicar a área de estudo que usa métodos matemáticos e estatísticos, para investigar e quantificar os processos de comunicação escrita.



Também tem como finalidade medir a produção bibliográfica por meio de métodos quantitativos, sendo um instrumento de apoio dos pesquisadores no estudo bibliográfico para análise de artigos de revistas, segundo uma série de variáveis: Autor, Assunto, Tipos de Documento, Idiomas, ano de publicação.

Vanti (2002) enumera algumas possibilidades de aplicação das técnicas bibliométricas, cienciométricas e informétricas. Destacamos a seguir as possibilidades mais aplicadas à bibliometria: Identificar as revistas do núcleo de uma disciplina; Prever as tendências de publicação; Prever a produtividade de autores individuais, organizações e países; Analisar os processos de citações e co-citação; Medir o crescimento de determinadas áreas e o surgimento de novos temas.

Para a referida autora os índices bibliométricos também são utilizados para avaliar a produtividade e a qualidade da pesquisa dos cientistas, por meio da medição com base nos números de publicações e citações dos diversos pesquisadores. Neste estudo, pretende-se utilizar a bibliometria para analisar e medir o crescimento dos estudos e pesquisas sobre a Reforma do Estado e quais as dimensões que têm sido mais abordadas.

Para Cardoso *et al* (2005, p. 35), o inventário dos trabalhos científicos publicados permite a avaliação e a reflexão da produção científica em uma área específica. Destaca-se aqui a bibliometria como instrumento de mensuração da produção científica: “As revisões [dos trabalhos científicos] são, em geral, feitas por técnicas tradicionais no meio acadêmico, como a análise bibliométrica” (CARDOSO *et al*, 2005, p. 35)

O caminho para a pesquisa foi o seguinte: mapeou-se, por meio de estudo bibliográfico, os trabalhos publicados eletronicamente nos eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), no período de 1997 a 2008, sobre a Reforma do Estado no Brasil.

Decidiu-se utilizar apenas os eventos do ANPAD, com vistas a contribuir com a reflexão sobre a produção na associação, bem como obter um panorama mais ligado à produção científica da Academia da

Administração, razão pela qual optou-se por não incluir periódicos de Administração Pública.

Ressalte-se ainda que a escolha apenas dos congressos se deu em função do período de análise, visto que entre 1997 e 2008 artigos publicados em congressos eram pontuados no qualis da área, bem como – e sobretudo – por serem o primeiro canal de publicação/comunicação científica (e que antecedem os periódicos), sendo, naturalmente, mais representativos do ponto de vista quantitativo da produção acadêmica da área.

A palavra-chave “Reforma do Estado” foi utilizada para se selecionar os artigos publicados. A pesquisa com o referido termo foi feita nos títulos, resumos e corpo de textos dos artigos, resultando no seguinte: foram selecionados 113 artigos de 18 eventos, assim relacionados: doze eventos EnANPAD, no período de 1997 a 2008; três eventos da EnAPG, nos anos de 2004, 2006 e 2008; dois eventos do EnEO, nos anos 2000 e 2002 e um evento de EnGPR, no ano de 2007.

Fez-se uma triagem dos 113 artigos, na qual se buscou identificar os que estudaram a Reforma do Estado como objetivo central. Após análise, resultou em 87 artigos, os quais foram categorizados segundo os seguintes critérios: distribuição anual e, por evento, natureza da análise, abordagem da pesquisa, co-autoria, área temática, distribuição da produção científica, de acordo com o estado e instituição de origem do primeiro autor.

## **4 Resultados**

Os principais resultados obtidos no estudo são apresentados em uma sequência que busca destacar as informações relevantes para o objetivo central deste texto: mapear, por meio de estudo bibliográfico, os trabalhos publicados eletronicamente nos eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), no período de 1997 a 2008, sobre a Reforma do Estado no Brasil, nas três dimensões.

Para auxiliar na visualização e entendimentos dos dados levantados, optou-se por apresentá-los em tabelas. Na tabela 1 é apresentado o número de artigos por evento e por ano.

Percebe-se que os anos de 1997, 1998 e 1999 foram os de maior produtividade em relação aos estudos sobre a Reforma do Estado nos eventos da ANPAD. Foram apresentados 11 artigos em cada ano. A maior concentração de estudos nesses anos deve-se ao fato da reforma administrativa ter sido proposta em 1995, no governo de Fernando Henrique, e ter atingindo as dimensões: institucional-legal, cultural e de gestão, instigando assim o interesse dos acadêmicos sobre o assunto. Segundo Bresser Pereira (1997), nesse período, o assunto foi bastante explorado pela mídia, que, de início, se interessava apenas pelo aspecto financeiro e de curto prazo.

**Tabela 1** – Número de artigos por ano, eventos da ANPAD 1997 - 2008.

Evento	EnANPAD		EnEO		EnAPG		EnGPR		Total	
	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%
1997	11	12,64	-	-	-	-	-	-	11	12,64
1998	11	12,64	-	-	-	-	-	-	11	12,64
1999	11	12,64	-	-	-	-	-	-	11	12,64
2000	2	2,30	1	1,15	-	-	-	-	3	3,45
2001	4	4,60	-	-	-	-	-	-	4	4,60
2002	7	8,05	2	2,30	-	-	-	-	9	10,34
2003	6	6,90	-	-	-	-	-	-	6	6,90
2004	2	2,30	-	-	5	5,75	-	-	7	8,05
2005	2	2,30	-	-	-	-	-	-	2	2,30
2006	8	9,20	-	-	3	3,45	-	-	11	12,64
2007	5	5,75	-	-	-	-	2	2,30	7	8,05
2008	2	2,30	-	-	3	3,45	-	-	5	5,75
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>81,61</b>	<b>3</b>	<b>3,45</b>	<b>11</b>	<b>12,64</b>	<b>2</b>	<b>2,30</b>	<b>87</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Nos anos 2000 e 2001 foram apresentados, respectivamente, apenas dois e quatro estudos sobre o tema, sendo que em 2000, ano da primeira edição do ÊnEO, foi apresentado um estudo e em 2002 dois artigos são apresentados no mesmo evento. Em 2002, 2003 e 2006 o tema volta a ser abordado com mais intensidade nos eventos da EnANPAD. Em 2004, ano da primeira edição da EnAPG, foram apresentados cinco estudos sobre o tema, superando os estudos apresentados no EnANPAD no mesmo ano. Tanto em 2006 quanto em 2008 foram apresentados três artigos na EnAPG. Em 2007, primeiro ano da edição do EnGPR, foram apresentados dois artigos no evento e cinco no EnANPAD.

É patente que no EnEO e no EnGPR a discussão seja diminuta, visto que as comunidades (e grupos de pesquisa) em TO e Gestão de Pessoas no Brasil (assim como as demais divisões acadêmicas da ANPAD, exceto APS) geralmente associam o campo da administração como sinônimo de administração de empresas e não administração pública.

A Tabela 2 apresenta a classificação dos artigos quanto à natureza da análise. Observe que a maioria dos artigos é de natureza teórico/empírico (55,17%) e (44,83%) teóricos. Destaca-se a prevalência de artigos teóricos em 1998 (11,49%) e dos teórico/empírico em 2002 (10,34%). De 1999 a 2008, dos artigos teórico/empírico analisados predominou o uso do estudo de caso como estratégia de pesquisa. Conforme Yin (2005), o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes.

**Tabela 2** – Classificação dos artigos quanto à natureza da análise.

Natureza da análise	Teórico		Teórico/Empírico		Total	
	n	%	n	%	N	%
<b>1997</b>	7	8,05	4	4,60	11	12,64
<b>1998</b>	10	11,49	1	1,15	11	12,64
<b>1999</b>	6	6,90	5	5,75	11	12,64
<b>2000</b>	1	1,15	2	2,30	3	3,45
<b>2001</b>	0	0,00	4	4,60	4	4,60
<b>2002</b>	0	0,00	9	10,34	9	10,34
<b>2003</b>	2	2,30	4	4,60	6	6,90
<b>2004</b>	3	3,45	4	4,60	7	8,05
<b>2005</b>	1	1,15	1	1,15	2	2,30
<b>2006</b>	4	4,60	7	8,05	11	12,64
<b>2007</b>	4	4,60	3	3,45	7	8,05
<b>2008</b>	1	1,15	4	4,60	5	5,75
Total	39	44,83	48	55,17	87	100,00

**Fonte:** Dados da pesquisa

Dando continuidade à análise, na Tabela 3 os artigos são classificados quanto à abordagem da pesquisa. Observou-se, nos artigos analisados, que quanto à abordagem predominam os de abordagem qualitativa (49,43%), mista (33,33%) e, em menor porcentagem, os de abordagem quantitativa (17,24%). Dos artigos com abordagem qualitativa, 26,5% utilizaram como estratégia de pesquisa o estudo de caso, o qual, segundo Triviños (1987), está entre os tipos de pesquisa qualitativa característico.

**Tabela 3** – Classificação dos artigos quanto à abordagem da pesquisa

Abordagem	Quantitativa		Qualitativa		Mista		Total		
	Ano	n	%	n	%	n	%	N	%
<b>1997</b>		0	0,00	7	8,05	4	4,60	11	12,64
<b>1998</b>		2	2,30	8	9,20	1	1,15	11	12,64
<b>1999</b>		3	3,45	5	5,75	3	3,45	11	12,64
<b>2000</b>		1	1,15	1	1,15	1	1,15	3	3,45
<b>2001</b>		1	1,15	1	1,15	2	2,30	4	4,60
<b>2002</b>		0	0,00	5	5,75	4	4,60	9	10,34
<b>2003</b>		1	1,15	3	3,45	2	2,30	6	6,90
<b>2004</b>		1	1,15	3	3,45	3	3,45	7	8,05
<b>2005</b>		0	0,00	2	2,30	0	0,00	2	2,30
<b>2006</b>		4	4,60	3	3,45	4	4,60	11	12,64
<b>2007</b>		2	2,30	2	2,30	3	3,45	7	8,05
<b>2008</b>		0	0,00	3	3,45	2	2,30	5	5,75
<b>Total</b>		<b>15</b>	<b>17,24</b>	<b>43</b>	<b>49,43</b>	<b>29</b>	<b>33,33</b>	<b>87</b>	<b>100,00</b>

Fonte: dados da pesquisa

Como defende Richardson (1999), as abordagens qualitativas e quantitativas se diferenciam não pela sistemática pertinente a cada uma delas, mas, sobretudo, pela forma de abordagem do problema. Para o autor, o método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta como no tratamento dos dados.

Outra classificação realizada nos 87 artigos analisados refere-se ao padrão de co-autoria dos estudiosos dedicados ao tema Reforma do Estado. Verifica-se, neste estudo, a predominância de um a dois autores por artigo, em 80,46% dos artigos pesquisados. Tal predominância é um padrão na área de administração.

**Tabela 4** – Coautoria dos artigos

Nº de autores	Nº de artigos	%
1 Autor	35	40,23
2 Autores	35	40,23
3 Autores	09	10,34
4 Autores	05	05,75
Mais de 4	03	03,45
Total	87	100

**Fonte:** Dados da pesquisa

Na Tabela 5 é analisada a produção dos estudos sobre a Reforma do Estado de acordo com o estado e a instituição do primeiro autor. Conforme a pesquisa, de 1997 a 2008, o estado que mais produziu estudos sobre o tema foi a Bahia, com 20 artigos; seguido do Rio de Janeiro, com 18 artigos; São Paulo, com 12 artigos; e Minas Gerais, com 11 artigos. Apesar de o estado da Bahia apresentar um maior número de artigos, a região Sudeste do Brasil apresenta maior produção, com 42. A região norte foi a que apresentou menor produção, com 1 artigo.

As instituições que publicaram mais estudos sobre o tema foram a UFBA, com 17 artigos; a EBAPE/FGV, com 15 artigos; a UNB, com 9 artigos; e a EAESP/FGV, com 6 artigos. Trata-se de um resultado já esperado, uma vez que estas instituições possuem tradição na pesquisa em administração pública, bem como possuem Programas de Pós-Graduação e/ou linhas de pesquisa na área.

**Tabela 5 – Produção dos Estudos segundo o Estado e as Instituições**

Estado	Bahia	Instituição	FVC	UFBA	Unifacs	UEFS	Total	
		Nº de artigos	1	17	1	1	20	
	Ceará	Instituição	UVA				Total	
		Nº de artigos	1				1	
	Pernambuco	Instituição	UFPE				Total	
		Nº de artigos	2				2	
	Pará	Instituição	UFPA				Total	
		Nº de artigos	1				1	
	Espírito Santo	Instituição	UFES				Total	
		Nº de artigos	1				1	
	Minas Gerais	Instituição	UFMG	Fac. Novos Horizontes	UFLA	Fund. João Pinheiro	SEPLAG	Total
		Nº de artigos	4	1	1	4	1	11
	Rio de Janeiro	Instituição	EBAPE/ FGV	Fiocruz	PUCRIO	UESA	Total	
		Nº de artigos	15	1	1	1	18	
	São Paulo	Instituição	UNICAMP	USP	EAESP/ FGV	FAPESP	Total	
		Nº de artigos	2	3	6	1	12	
	Distrito Federal	Instituição	CNEN	UNB			Total	
		Nº de artigos	1	9			10	
	Goiás	Instituição	UFG				Total	
		Nº de artigos	1				1	
Paraná	Instituição	UFPR				Total		
	Nº de artigos	2				2		
Rio Grande do Sul	Instituição	UFRGS	UNISC	Unisinos		Total		
	Nº de artigos	1	1	1		3		
Santa Catarina	Instituição	UFSC	UNISUL			Total		
	Nº de artigos	3	1			4		

**Fonte:** Dados da Pesquisa

Na Tabela 6 são analisados os temas mais estudados dentro da reforma do Estado. Os quatro temas mais pesquisados no período são: a nova gestão pública, com 11 artigos (sendo o estado da Bahia o que mais produziu – 4 artigos); gestão de pessoas, com 9 artigos; e organização social e agência reguladora, ambos com 8 artigos. Observou-se que em 1998 o tema mais pesquisado foi a nova gestão pública, esse fato deve-se à implantação das alterações na administração pública propostas pela reforma administrativa de 1995. Apesar de ter sido proposta em 1995, segundo Bresser Pereira (1999), foram necessários dois anos e meio para que o Congresso aprovasse a reforma.



É plausível que o segundo tema a ser pesquisado seja sobre gestão de pessoas, estando incluso neste tema os artigos sobre função pública, devido ao impacto que a reforma teve no setor de recursos humanos do serviço público.

**Tabela 6 – Temas Pesquisados**

Temas	Ano/número de artigos												Total
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Descentralização	1	0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	1	<b>6</b>
Nova Gestão Pública	3	5	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	<b>11</b>
Núcleo Estratégico	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>1</b>
Escolas de Governo	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	<b>3</b>
Saúde	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	<b>4</b>
Gerencialismo	1	0	1	0	0	1	0	2	2	0	0	0	<b>7</b>
Organização Social	0	2	2	0	1	1	2	0	0	0	0	0	<b>8</b>
Gestão Participativa	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	<b>3</b>
Privatização	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	<b>3</b>
Infraestrutura	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>2</b>
Agência Executiva	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>1</b>
Terceiro Setor	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	<b>2</b>
Agência Reguladora	0	0	0	1	0	1	2	1	0	1	2	0	<b>8</b>
Educação	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	<b>3</b>
Governo Eletrônico	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	<b>3</b>
Gestão de Pessoas	0	1	0	1	0	0	2	0	0	1	1	3	<b>9</b>
Controle Social	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	<b>1</b>
Reforma como um todo	2	2	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	<b>6</b>
Tema específico (finanças, custeio, etc.)	0	0	0	0	0	0	1	0	0	4	1	0	<b>6</b>
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>87</b>

**Fonte:** Dados da Pesquisa

## Considerações Finais

Neste estudo, buscou-se mapear, por meio de estudo bibliográfico, os trabalhos publicados eletronicamente nos eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), no período de 1997 a 2008, sobre a Reforma do Estado no Brasil. Ao final do levantamento e análise foram selecionados 87 artigos, os quais foram dispostos conforme os seguintes critérios:

- número de artigo por ano e evento: os anos de 1997, 1998 e 1999 foram os que mais tiveram estudos sobre a Reforma do Estado e o evento onde ocorreu a publicação destes trabalhos com maior frequência foi o EnANPAD;
- natureza da análise: os estudos teóricos/empíricos predominaram nos artigos analisados. Esta predominância nos artigos pode ser pela necessidade de se criar novas teorias ou entender, na prática, a proposta da reforma administrativa e a sua influência na gestão pública;
- abordagem: os estudos qualitativos predominaram, sendo que a maioria dos artigos utilizou o estudo de caso e a entrevista como base para coleta de dados;
- co-autoria: a maior parte dos artigos analisados foi escrito por 1 e 2 autores;
- produção por Estado e Instituição: o estado da Bahia apresentou, isoladamente, maior produção de artigos;
- temas mais estudados: nova gestão pública, gestão de pessoas e organização social, e agência reguladora.

O fato de BA, RJ, SP e MG serem os estados que se destacam na produção científica sobre o tema, reflete – geograficamente – a existência de programas de pós-graduação em Administração Pública (AP) (ou em Administração, com linha de pesquisa em Adm. Pública). UFBA, EBAPE e EAESP são – historicamente – pólos irradiadores do ensino e pesquisa em administração pública no Brasil). Em Minas Gerais, a presença da Fundação João Pinheiro (uma escola de governo) e de linha de pesquisa

em AP na UFMG explicam tal número. Igualmente, a UNB tem uma linha de pesquisa em AP em seu mestrado em Administração.

Percebeu-se, durante a pesquisa, que diante das mudanças cultural, institucional e gerencial, propostas pelo PDRAE, vários temas foram pesquisados. Os que mais despertaram interesse dos pesquisadores estão relacionados à dimensão cultural e gerencial. Notou-se, na tabela 6, que além dos quatro temas mais estudados outros merecem destaque, como o gerencialismo, a descentralização, a educação, temas relacionados à área de finanças e à saúde. Estes assuntos apresentam índice considerável de estudos, os quais evidenciam a questão das alterações propostas no regime trabalhista do servidor público, a garantia da qualidade do atendimento ao cidadão, a terceirização das atividades de apoio para o setor privado, a descentralização dos serviços sociais para os estados e municípios, e a responsabilização dos gestores públicos por meio da administração por objetivos.

A dimensão institucional legal apresentou menor predominância nos estudos, apesar de servir como referência para várias pesquisas sobre a reforma administrativa.

A pesquisa mostra que existe algumas áreas temáticas sobre o assunto que necessitam de maior investimento e cooperação entre as instituições e especialidades para serem melhor exploradas.

## Referências

ABRÚCIO, F. L. Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. São Paulo: Ed. FGV, 2005.

ABRUCIO, F. L.; COSTA, V. M. F. *Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1998.

ANDRADE, M. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 2006.

BERGUE, S. T. A redução gerencial no processo de transposição de tecnologias de gestão para organizações públicas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. CD-ROM.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. *A nova política de recursos humanos*. Brasília, DF, 1997. 52 p. (Caderno MARE da reforma do Estado, c. 11)

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Plano diretor da reforma do aparelho do Estado. Brasília, DF, 1995.

BRESSER PEREIRA, L. C. Da administração burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, ano 47, v. 120, n. 1, jan./abr. 1996.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do Estado patrimonial ao gerencial. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, P. S. (Org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. v. 1, p. 222-259.

BRESSER PEREIRA, L. C. *Exposição no Senado sobre a reforma da administração pública*. Brasília, DF, 1997. (Cadernos do MARE, nº. 3).

BRESSER PEREIRA, L. C. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, ano 5, n. 4, p. 5-29, out./dez. 1999.

BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. Reforma da nova gestão pública: agora na agenda da América Latina no entanto. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 53, n. 1, p. 5-27, 2002.

BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (Org.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

CALDAS, M. P.; TINOCO, T. Pesquisa em gestão de recursos humanos nos anos 1990: um estudo bibliométrico. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 44, n. 3, jul./set. 2004.

CARDOSO, Fernando H. Reforma do Estado. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (Org.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

CARDOSO, R. L. et al. Pesquisa científica em contabilidade entre 1990 e 2003. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 34-45, abr./jun. 2005.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. *Pesquisa em Administração*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CORTES, L.L. *Aspectos que contribuem para a construção do contrato psicológico de indivíduos que ingressam em empresas do setor público*. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas)-Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2005.

DINIZ, E. *Crise, reforma do Estado e governabilidade: Brasil 1985-95*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

FAORO, R. *Os donos do poder*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERLIE, E. et al. *A nova administração pública em ação*. Brasília, DF: ENAP, 1997.

FERREIRA, F. G. *Desenvolvimento e aplicação de um modelo de programa da qualidade para o serviço público*. 1999. 115 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. *Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica*. 2005. Disponível em: <<http://www.cinform.ufba.br/vi-anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KETTL, Donald F. A revolução global: reforma da administração do setor público. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (Org.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. p. 75-121.

MACHADO-DA-SILVA, C. L. et al. Institucionalização da mudança na sociedade brasileira: o papel do formalismo. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia (Org.). *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, v. 1, p. 179-202.

MARINI, Caio. *Gestão pública: o debate contemporâneo*. Salvador: FLEM, 2003.

MOTTA, Fernando C. Prestes; ALCADIPANI, Rafael. Jeitinho brasileiro, controle social e competição. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 4-20, mar. 1999 .

NUNES, E. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília, DF: ENAP, 1997.

RAMOS, A. G. *Administração e contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1983.

RAMOS, A. G. *Administração e estratégia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1966.

RICHARDSON, R. J. et al. *Pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

RIGGS, F. W. *Administração nos países em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1968.

RIGGS, F. W. *A ecologia da administração pública*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1964.

SCHWARTZMAN, S. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. RJ: Campus, 1998.

SOUZA, E. C. L. Capacitação administrativa e formação de gestores governamentais. *Revista de Administração Pública*, São Paulo, v. 36, n.1, p. 57-59, jan./fev. 2002, p. 57-59.

TAVAREZ, R. *Método de análise do processo de mudança do modelo de gestão com foco em controle para o modelo de gestão com foco em resultados na administração pública tributária*. 2002. 192 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 31, n. 2 p. 152-162, maio/ago. 2002.

VASCONCELLOS, J. G. M.; DAVEL, E. P. B. (Org.). *Recursos humanos e subjetividade*. São Paulo: Vozes, 2002.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, R. *Patrimonialismo e a realidade Latinoamericana*. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2006.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. São Paulo: Ed. Universidade de Brasília, 2004.

WEBER, M. *Sociologia da burocracia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.